

“Nunca tivemos compromisso com a educação”

CLÁUDIO FIGUEIREDO

— Nos testes realizados pelo Instituto Internacional para a Avaliação da Educação realizados em 1992, o Brasil só não perdeu para Moçambique. Por quê?

— Os alunos brasileiros se revelaram mais fracos do que os de uma vintena de países adiantados e atrasados, em um teste que mede o domínio de conceitos básicos de ciência. Nossos intelectuais denunciam a escola como instrumento dos ricos para subjugar os pobres, os governantes cuidam do que dá voto, os dinheiros federais escaparam para o ensino superior, mais reivindicativo, os educadores discutem as teorias de algum sociólogo defunto que voltou à moda. E a escola, órfã tanto de atenções quanto de cobrança, fica à matroca. Enquanto isso, nossos competidores no Oriente levam a escola a sério. O professor dá aula com empenho. Há livros, giz e quadro-negro. Os alunos são pressionados por todos os lados para estudar e aprender. A família ajuda e os governantes, acreditando ou não, têm que embarcar na canoa da educação.

— No seu livro, o sr. diz que a tarefa central ainda é ensinar a ler, escrever e contar. Por que, depois de tantos anos de discussões e teorias, ainda é preciso exigir o óbvio, o mais elementar?

— Um doente que entra no hospital enfartado e com uma unha encravada somente será tratado do coração. A unha encravada fica para depois. Quando os alunos não aprendem a ler e a contar e lá pelo fim do primeiro grau se vão da escola, manifesta-se uma crise cardiovascular aguda na educação. A educação sexual, os computadores, o coral e a piscina têm que ficar para depois. Mas, obviamente, como nem todas as escolas estão em situação tão lamentável, para estas melhores cabe galgar os degraus seguintes, quaisquer que sejam. Mas não podemos perder de vista onde está o problema maior. É sempre mais ameno fazer prédio, lançar campanhas e cuidar dos alunos limpinhos que respondem mais docemente aos programas inovadores. Mas duro mesmo é o trabalho ingrato de melhorar o cotidiano da escola medíocre.

— Segundo o sr., o Brasil gasta uma quantia significativa com educação, mas gasta mal, devido a “um alinhamento de interesses (e de desinteresses) que continuam vivos”. Que interesses são estes?

— Talvez desapontando aos que

gostariam de ver conspirações, não há planos tramados para manter os pobres mal-educados. Talvez até fosse mais fácil se houvesse. Nunca tivemos um compromisso sério com a educação. Os ricos e melhor educados percebem a sua importância e cuidam razoavelmente da instrução de seus filhos. Como os ricos vão para escolas privadas, ninguém briga por ensino primário, só pelo superior. O povo é herdeiro de uma sociedade onde educação passou longe e continua pouco interessado em brigar por ela. O pobre sabe que o seu filho deve ir à escola e que se lá for alimentado, tanto melhor. Por vaga o povo até briga. Mas brigar por qualidade? Nossos educadores têm erisipela quando se fala de medir desempenho com testes padronizados. E sem testes ninguém pode demonstrar se a educação é boa ou má. Nossos gurus mais barulhentos da educação poderiam ser menos arrogantes e verificar que em todos os países com sistemas sérios de educação há mecanis-

Falamos demais e fazemos de menos: somos os falastões da educação

mos centrais de aferição de resultados.

— O sr. não percebe nenhuma vontade política de melhorar o ensino básico?

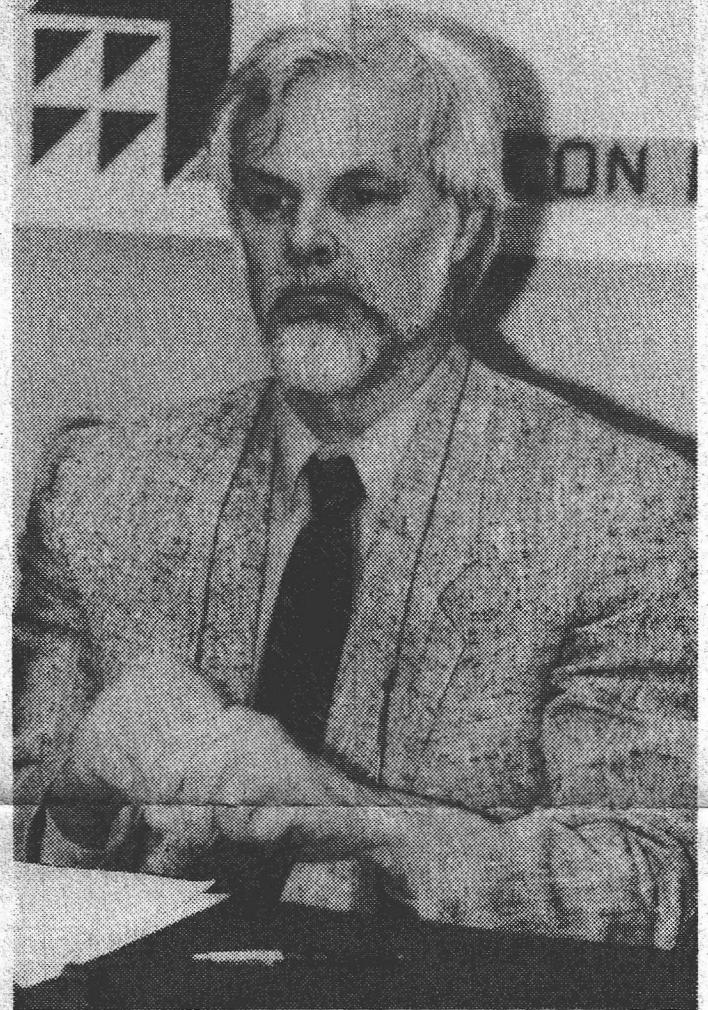
— Nossos governantes são sensíveis ao que dá voto, isso faz parte das boas regras do jogo. Mas o que dá voto não está na área da educação. O fisiologismo obtém votos pela manipulação dos dinheiros da educação. Nossos políticos e administradores tampouco têm convicções muito fortes nesta área. Um ou outro abnegado faz disso uma cruzada, mas, remando contra a maré, suas realizações se desgastam após a sua saída.

— Quais os equívocos mais difundidos — e mais nocivos — a respeito da educação no Brasil?

— O primeiro equívoco é a inversão de prioridades, isto é, gastar dinheiro demais com uma universidade perdulária e ineficiente, antes de assegurar uma qualidade digna para o ensino básico. O segundo, parente do primeiro, é não entender que basta seriedade, dedicação, desvelo e atenção para que tudo mude no ensino básico.

Há 25 anos um tema vem perseguindo o economista Claudio de Moura Castro ao longo de um currículo que inclui passagens pela Fundação Getúlio Vargas e pelas universidades de Yale e Vanderbilt, onde fez, respectivamente, mestrado e doutorado. Este tema é a educação. Seu livro, que chega amanhã às livrarias, Educação brasileira: consertos e remendos (Rocco), não se parece em nada com outras obras do gênero. O tom é desprovido de qualquer pompa e solenidade, tão freqüentes no estilo dos nossos acadêmicos. O estilo, claro e direto, é próprio de quem quer resolver os problemas e não apenas posar de pensador ou brincar levianamente com uma ou outra teoria. Ex-diretor-geral da Capes (de 1979 a 1982), Moura Castro trabalha há dois anos no Banco Mundial. Como economista na área de recursos humanos, suas viagens podem levá-lo a uma sala de aula no interior da Tailândia ou a uma escola profissional na Suécia. De Washington, onde trabalha, ele falou ao Idéias, pouco antes de voltar ao Brasil para o lançamento do seu livro.

Renan Cepeda — 21/3/91



Não há fórmulas mágicas ou pedagogia redentora. Os chineses e tailandeses, mais pobres do que nós, não estão gastando fortunas, estão apenas assegurando que, no cotidiano modesto da escola, aconteça tudo o que é para acontecer. O terceiro equívoco é falar demais, discutir demais e fazer de menos. Nos tornamos os falastões da educação. Os dragões asiáticos fazem. Nós discutimos as teorias da educação com o mais completo horror de assuntos práticos. E para arrematar o mau jeito, até nossos vizinhos latino-americanos, muito chegados à discursa, já passaram da conversa fiada à ação.

— O que mais teríamos a aprender com os ‘tigres asiáticos’ no plano da educação?

— É importante insistir no papel da família oriental na educação.

A família se sacrifica pela educação dos seus filhos. Os pais leem para os filhos, e presidem a cerimônia cotidiana de fazer os deveres de casa, sem peninha dos coitados que devem estudar três horas por dia após as aulas.

— As estatísticas mostram uma relação direta entre desempenho na educação e performance econômica?

— A relação é complexa e às vezes pouco óbvia, mas está aí para quem quiser ver. Os países hoje industrializados fizeram um extraordinário esforço no período de sua decolagem. O mesmo se dá com os dragões que hoje alcancam vôo. Mas, obviamente, educação não garante desenvolvimento. Se a sociedade azeda, como aconteceu com a Argentina e hoje com o Leste Europeu, não é a educação sozinha que fará este halterofilismo impossível.

— O professor é tido como a base de todo o sistema. O que pode ser feito pelo professor e o que os professores podem fazer para melhorar a educação?

Como os ricos vão para escolas privadas, ninguém briga pelo ensino primário

— O professor tem que ser valorizado pelo seu papel crítico no processo e, ao mesmo tempo, cobrado pelos resultados. Não milagres que não podem fazer, mas esforço e dedicação. Seus salários e sua preparação são parte da equação. Se acertar a equação do seu papel social, as soluções dos dinheiros e de sua formação virão a reboque. Somente com o dinheiro desperdiçado na máquina educacional seria possível dobrar seus salários em alguns estados e municípios. Se a sociedade cobrasse resultados, os sindicatos de professores passariam a se preocupar com a qualidade do ensino, sob pena de perder a legitimidade política.

— Mesmo dentro do sistema público, os alunos pobres são discriminados. Como corrigir isso?

— Os pais de alunos pobres têm que entrar na equação política da qualidade. Mas para isso têm que ser conscientizados da importância da educação e alimentados com números que lhes permitam aferir resultados da escola fre-

quentada por seus filhos e reclamar se estes são insuficientes. Vale a pena ver o trabalho pioneiro nesta direção da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

— Que boas experiências no Brasil mereceriam ser imitadas e incentivadas?

— Cortou-se finalmente o nó górdio da avaliação de resultados. Minas está fazendo, São Paulo igualmente e parece que outros estados seguem. O maltratado Inep está dando bons exemplos com uma pesquisa nacional por amostragem e a Fundação Carlos Chagas apóia tecnicamente todos. Neste momento, em Washington, aproxima-se a primavera. Chegando pertinho, acho que já vejo também uma primavera chegando na educação brasileira.

Não são os decretos e gestos heróicos dos governantes, mas os esforços pequenos e pouco visíveis que se somam. Há experimentos interessantes em Embu (SP), Santana da Vargem (MG) e outros. Há o Sul do Brasil, discreto mas compenetrado. Há secretários (MG) e governadores inspirados (Ceará). Ouvi dizer que o Rio de Janeiro arruma a casa. Os empresários se movimentam. Os sindicatos também. Nada que dê manchete. Mas bem sabemos que as coisas boas não dão manchete.

— O sr. afirma que a qualidade do ensino superior vem sendo afetada pelo desrespeito a algumas regras elementares de disciplina e trabalho. Poderia exemplificar?

— Temos universidades brilhantes e produtivas. Temos cursos de pós-graduação de nível internacional. Temos uma pesquisa respeitável (a segunda do Terceiro Mundo). Mas o todo é de desanimar, pelo desgoverno e pelo mau uso dos recursos. Para cada 100 alunos, temos duas vezes mais professores do que as universidades americanas. Como resultado óbvio, todos ganham mal. Mas nisto tudo há um ponto que chama atenção. Falta uma moralidade comezinha no sistema. As universidades comunista, fascista, islâmica e democrática sempre tiveram pontos comuns: há horários para começar e acabar as aulas, há presença obrigatória dos professores, há um contrato de trabalho e um currículo a ser seguido. Quem ganha para dar aulas tem que dá-las a contento. Quem ganha para fazer pesquisa tem que publicá-la. Sem esta moral pequeno-burguesa, a universidade brasileira atola em um pantanal invencível, sem que se ouse denunciá-lo. E que lamentável exemplo dá a seus alunos!